

SUMÁRIO

I. TEORIA GERAL DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	19
1. Do conceito de audiência	19
1.1. Conceito e autonomia do direito processual do trabalho ...	21
2. Do Princípio da Oralidade no Processo do Trabalho	23
2.1. Identidade física do juiz	25
2.2. Prevalência da palavra oral sobre a escrita	28
2.3. Concentração dos atos processuais	28
2.4. Imediatidade	29
2.5. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	29
3. Da oralidade nas audiências trabalhistas	30
4. Singularidades da audiência trabalhista	30
4.1. Obrigatoriedade da presença das partes	31
4.2. Concentração dos atos processuais numa única audiência (audiência una)	31
4.3. Publicidade	33
4.4. Imediação	34
4.5. Poderes mais acentuados ao Juiz do Trabalho na con- dução da audiência	35
4.6. Conciliação	36
4.7. Boa-fé e urbanidade	38
4.8. Cooperação	44
5. Requisitos da audiência trabalhista	45
5.1. Designação. Prazos	45

5.2.	Limites temporais	47
5.3.	Local de realização	48
5.4.	Poder de polícia do juiz	49
5.5.	Hipóteses de adiamento	50
5.6.	Registro das audiências e ata de audiência	53
5.7.	Da gravação audiovisual da audiência pelas partes e advogados	56
6.	Da audiência telepresencial	58
6.1.	Do procedimento da audiência telepresencial	60
7.	Da audiência na execução trabalhista	63

II. DOS SUJEITOS DA AUDIÊNCIA: JUÍZES, PARTES E ADVOGADOS 67

1.	Do comparecimento do magistrado e funcionários à audiência	67
2.	Do atraso das partes e do magistrado à audiência	67
3.	Das partes em audiência	73
4.	Do advogado	74
5.	Da representação e assistência das partes em audiência	78
6.	Da representação do empregado menor de 18 anos	81
7.	Da possibilidade de representação do reclamante em audiência por outra pessoa	82
8.	Da representação do reclamado em audiência. Efeitos. Condição de empregado do preposto	85
8.1.	Da carta de preposição	91

III. DAS PROVAS DE AUDIÊNCIA 95

1.	Do conceito e finalidade da prova	95
2.	Fases do procedimento probatório trabalhista	97
2.1.	Requerimento das provas	97

2.2.	Admissibilidade da prova	98
2.3.	Produção da prova	98
2.4.	Valoração da prova	100
3.	Ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	103
4.	O ônus da prova e o fato negativo	107
5.	Da inversão do ônus da prova e seu momento no Direito Processual do Trabalho	107
6.	O ônus dinâmico da prova	111
7.	A revelia e a produção de provas	114
8.	Interrogatório e depoimento pessoal	117
8.1.	Dos conceitos de interrogatório e depoimento pessoal	117
8.2.	Da compatibilidade do depoimento pessoal com o Processo do Trabalho e sua importância prática	121
9.	Da confissão	126
10.	Da prova documental	130
10.1.	Da oportunidade de juntada dos documentos	137
10.2.	Da autenticidade dos documentos	140
10.3.	Da arguição de falsidade documental no Processo do Trabalho	143
10.4.	Valoração do documento no processo do trabalho	145
11.	Da prova testemunhal	145
11.1.	Da capacidade para ser testemunha. Das incapacidades, dos impedimentos e das suspeições das testemunhas	148
11.1.1.	Amizade íntima	149
11.1.1.1.	A amizade em redes sociais	151
11.1.1.2.	Empregado que exerce cargo de confiança na empresa	152
11.1.1.3.	Testemunha que litiga contra o mesmo empregador em troca de favores	156

11.2.	Depoimento da testemunha menor de 18 anos no Processo do Trabalho	160
11.3.	Número máximo de testemunhas no Processo do Trabalho	161
11.4.	Da qualificação da testemunha. A testemunha que não porta documento poderá ser ouvida?	163
11.5.	Da contradita	166
11.6.	Da substituição das testemunhas	168
11.7.	Da produção da prova testemunhal no Processo do Trabalho	170
11.8.	Da acareação das testemunhas e testemunhas e partes	176
11.9.	Da valoração da prova testemunhal pelo Juiz do Trabalho	178
11.10.	Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho	182
11.11.	Da aplicação da multa à testemunha por litigância de má-fé no processo do trabalho	185
12.	Da prova pericial	188
12.1.	Sistemática da realização das perícias	193
12.2.	Da valoração da prova pericial	196
12.3.	Da prova pericial simplificada	199
13.	Da inspeção judicial	200
14.	Da produção de provas orais por meio telepresencial e videoconferência	203
15.	Da prova digital	206
15.1.	Do conceito e natureza jurídica da prova digital	206
15.2.	Requisitos de validade da prova digital	208
15.3.	A prova digital e a audiência trabalhista	217

IV. DO PROCEDIMENTO DA AUDIÊNCIA	219
1. Fases da audiência trabalhista	219
2. Do pregão	220
3. A sala de audiências e os locais destinados às partes e ao magistrado	221
3.1. Do local destinado ao Ministério Público	223
4. Da ausência do reclamante e arquivamento do processo	224
5. Da ausência do reclamado: a revelia	232
5.1. Dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho	237
5.2. Da presença do advogado e a ausência imotivada do preposto	242
5.3. Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho	244
5.3.1. Havendo pluralidade de réus, um deles contestar a ação	244
5.3.2. Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis	246
5.3.3. Se a petição inicial não estiver acompanhada de documento essencial	247
5.3.4. As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos	247
5.3.5. A revelia quando há necessidade de prova pericial	248
6. O Juiz do Trabalho diante da revelia	249
7. Da arguição das nulidades em audiência e os protestos em ata	251
8. Das tentativas de conciliação	254
9. Da desistência da reclamação	255
10. Da apresentação da resposta pelo reclamado	256

10.1. Da contestação	256
10.2. Exceções de impedimento e de suspeição	259
10.3. Exceção de incompetência em razão do lugar	265
10.4. Da reconvenção	268
11. Da manifestação sobre a contestação	270
12. Do saneamento do processo	272
13. Da instrução do processo e produção de provas	273
14. Das razões finais	276
15. Da decisão e sua ciência	278
BIBLIOGRAFIA	283